

TRABALHO FEMININO: PERFIL OCUPACIONAL POR GÊNERO E SETORES ECONÔMICOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL E SANTA CATARINA

Rita de Cássia Garcia Margonato

*Mestranda em Economia Regional, Programa de Pós Graduação em Economia (PPE) da
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Bolsista da Fundação Araucária
ritamargonato@yahoo.com.br*

Solange de Cassia Inforzato de Souza

*Professora associada do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina
solangecassia@uol.com.br*

ÁREA TEMÁTICA: Demografia e mercado de trabalho

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o perfil ocupacional por gênero e setores econômicos, na Região Sul do Brasil e Estado de Santa Catarina em 2009, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O procedimento metodológico consiste em revisão bibliográfica correlata e inferência estatística. Os resultados obtidos indicam aspectos positivos quanto ao perfil ocupacional e setorial na Região Sul e também em Santa Catarina, tais como, maior participação em atividades mais formalizadas e menos precarizadas, como o setor industrial. Indica ainda maior proporção relativa de indivíduos com maiores faixas de rendimento, fato evidenciado na Região Sul e mais notoriamente no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Perfil ocupacional. Setores econômicos

1. INTRODUÇÃO

A sociedade e o mercado de trabalho compõem um complexo e dinâmico objeto de estudo, o qual pode ser analisado sob diversos prismas. É importante ressaltar que tão importante quanto o sistema produtivo são os trabalhadores, os quais o movem. Portanto, o estudo do mercado de trabalho, do emprego e sua evolução é tema recorrente de debate e pesquisa.

Nos anos 2000 notadamente houve um movimento de reestruturação do mercado de trabalho. Cardoso Jr. (2007) elenca cinco fatores, denominados pelo autor como fontes de recuperação do emprego formal, os quais impactaram positivamente no mercado de trabalho, entre 2000 e 2005. Esses fatores seriam, segundo o autor, o aumento e descentralização do gasto público social, ou seja, o dispêndio público investido na sociedade e na melhoria das condições de vida da mesma; a expansão do crédito interno; diversificação e

aumento das exportações; difusão do Regime Tributário Simplificado (Simples) para micro e pequenas empresas e por fim ações diretas de intermediação de mão- de- obra e de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Diferentes abordagens podem ser utilizadas ao se estudar as características do mercado de trabalho, uma delas é o estudo setorial, pois permite uma visão da economia que privilegia a complexidade, a diferença entre as partes que compõem o sistema econômico. Segundo Erber (2002), estudos setoriais abordam um conceito mesoeconômico, situado entre as análises da empresa e a dos grandes agregados macroeconômicos, cuja função é analisar empresas ou atividades econômicas que apresentem elementos comuns.

No aspecto econômico e produtivo da região a ser estudada, o que se constata, quanto à produção e sua concentração, é uma ampliação da participação da Região Sul na produção industrial do país. De acordo com Diniz (1995), o que se observou no final dos anos de 1990 foi um movimento generalizado de desconcentração produtiva. Este movimento recente deriva de mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva, as quais tendem a alterar os requisitos locais, especialmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimento. Outro fator relevante apontado pelo autor são as mudanças ideológicas e políticas relativas ao papel do Estado e a abertura externa da economia.

Vinculada à expansão produtiva está a inserção feminina no mercado de trabalho que tem se expandido cada vez mais e adquirido crescente notoriedade a nível nacional. No decorrer dos anos, o papel da mulher na sociedade tem se alterado, configurando um novo arranjo familiar em que a emancipação da mulher para e pelo trabalho compõem aspectos de mudança na sociedade brasileira e na organização do mercado de trabalho como um todo. Nesse contexto, este estudo tem por objetivo analisar o perfil ocupacional por gênero e setores econômicos, na Região Sul do Brasil e Estado de Santa Catarina em 2009, a partir de microdados da PNAD realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este trabalho constitui-se de 5 seções, a começar por essa introdução. Alguns aspectos teóricos que poderiam explicar a características regionais do mercado de trabalho feminino na Região Sul são abordados a seguir, bem como uma breve apresentação da realidade da mulher no mundo do trabalho, nas últimas décadas. Na terceira, apresenta-se a metodologia e base de dados utilizados, enquanto na quarta seção observa-se a perspectiva de gênero segundo as características selecionadas, de forma a realizar uma análise comparativa entre a Região Sul com restante do Brasil no ano de 2009, bem como especificamente do Estado de Santa Catarina; por fim têm-se as considerações finais.

2. EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS DO MERCADO DE TRABALHO

As abordagens teóricas apresentam diferentes explicações para essa heterogeneidade. Uma variedade dessas abordagens se relaciona à segmentação do mercado de trabalho, as quais variam de acordo com as convicções ideológicas dos autores, das distintas ênfases dadas como causas para a existência da segmentação. As abordagens que defendem a existência de segmentação ou dualidade no mercado de trabalho abrangem uma gama de possíveis variáveis que expliquem o fenômeno e tendem a ser complementares entre si e não divergentes.

A teoria da segmentação se desenvolveu de modo a estabelecer um modo alternativo de explicar a determinação dos salários e a mobilidade ocupacional. Surgiu a partir do descontentamento e crítica à teoria do capital humano, que até o final da década de 1960, predominava como explicação plausível para a determinação dos salários.

Lima (1980) delibera que a teoria do capital humano defendia a ideia de um mercado de trabalho contínuo e homogêneo, em que há uma relação direta entre habilidade cognitiva/produzitividade e consecutivo aumento salarial do indivíduo. Para o autor, a ideia de continuidade desconsidera a existência de possíveis barreiras à mobilidade ocupacional. Critica ainda o pressuposto de que o capital humano é sempre resultado de uma decisão deliberada de investimento, e ainda, cujas taxas de retorno são estáticas ao longo do tempo. Há ainda divergências quanto ao papel da educação.

Desse modo, a teoria da segmentação (ou do mercado dual) passou a incluir em suas premissas e análises fatores que a teoria do capital humano desconsiderava. Lima (1980) contempla as definições características de mercados de trabalho segmentados. Segundo o autor, a demanda por trabalho, por parte das empresas e a estrutura econômica e produtiva conformam o mercado de trabalho em primário e secundário. O primeiro comportaria os empregos estáveis, com alta produtividade e progresso tecnológico, treinamento e possibilidade de promoção na empresa. Tais fatores exigem profissionais hábeis, de forma que, conseqüentemente, tendem a obter altos salários. Já o mercado secundário apresenta características inversas, com grande rotatividade de trabalhadores e ainda piores condições de trabalho, salariais e tecnológicas.

A conformação do mercado de trabalho, da segmentação, da mobilidade ocupacional e massa salarial, dependem do poder de mercado das empresas, devido ao poder de monopólio das mesmas e da intensidade tecnológica das técnicas produtivas. Logo, nesse

enfoque, o papel da educação é não menos importante, porém não é explícito e diretamente responsável pela determinação salarial dos trabalhadores.

De acordo com Cacciamali (1978), independente da origem da segmentação, há barreiras no mercado de trabalho que impedem a mobilidade dos trabalhadores entre os segmentos primário e secundário. Essas barreiras, em geral, devem-se à própria estrutura do mercado segmentado e ainda às características do lado da oferta de trabalho. O primeiro obstáculo deve-se à seleção para funções que exigem requisitos e desempenho específicos dos trabalhadores, além disso, o mercado segmentado possui critérios de promoção interna, os quais coíbem a mobilidade dos trabalhadores.

No que tange o lado da oferta de trabalho, em geral, as características pessoais dos trabalhadores indicam que tipo de emprego é mais provável que obtenham. O status econômico, gênero, idade, escolaridade, experiência são características determinantes do tipo de emprego para o trabalhador.

Ao se considerar a distribuição dos rendimentos com base na estrutura ocupacional alguns fatores determinantes precisam ser analisados. Kon (2009) se refere às características específicas relativas à estrutura ocupacional de cada região, como peculiaridades culturais, sociais e econômicas de cada região. Segundo a autora, a influência dos critérios espaciais sobre a estrutura ocupacional deriva de especificidades da qualidade da oferta de trabalho; segmentação e diferenciais internos das empresas; diferenças estruturais dos rendimentos e pela participação dos trabalhadores de acordo com o gênero. A autora ressalta ainda a necessidade de considerar outros elementos no que se refere às questões regionais, dado que usualmente envolvem aspectos relativos à capacidade de ajuste aos novos requisitos da economia mundial, bem como o impacto das mudanças nos paradigmas tecnológicos e econômicos.

É importante, portanto, considerar diversos fatores ao se analisar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, devido às características intrínsecas à segmentação do mercado, à estrutura ocupacional e às relativas aos trabalhadores.

Nesse contexto dual do trabalho, as mulheres têm conseguido (muito vagarosamente) obter mais espaço, embora ainda haja muito a ser alcançado. Na próxima seção aborda-se a inserção feminina no mercado de trabalho, sua evolução e características próprias dessa parte da força de trabalho, em crescimento e expansão no Brasil.

2.1 A presença feminina no mundo do trabalho

As evidências empíricas definem a realidade do mercado de trabalho brasileiro como heterogênea, com diferenças entre os indivíduos e no mercado de trabalho, de forma que essa heterogeneidade interfere diretamente na interação entre os trabalhadores e o mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, dentre outros fatores, acompanhou a evolução da produção nacional. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde os anos 1970 foi uma das mais importantes transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil (ARROIO; RÉGNIER, 2002).

Para Leone e Baltar (2008), a inserção feminina no mercado de trabalho teve como pioneiras as mulheres de estratos sociais elevados, seguidas pelas mulheres mais pobres. De acordo com Sedlacek e Santos (1990), tal fato decorre dos efeitos renda e substituição. O efeito renda seria o motivo pelo qual as mulheres mais pobres, que necessitam complementar a renda familiar, seriam incentivadas a ingressar no mercado de trabalho.

Já no caso das mulheres mais ricas, ocorre o efeito substituição, uma vez que estas, por serem mais escolarizadas, possuem maiores incentivos a buscarem trabalho fora do lar por terem esperança de altos salários, de forma que se sintam incentivadas a buscar por novas oportunidades. Soares e Izaki (2002) relatam que o rendimento e a escolaridade do cônjuge são variáveis relevantes ao estudar as causas da inserção feminina, pois quanto maior essas variáveis forem, menor será a probabilidade de a mulher exercer atividade laboral.

Segundo Bruschini (2000), o aumento da participação das mulheres a partir dos anos 1970 seria resultado não somente da necessidade financeira, mas também das oportunidades oferecidas pelo mercado. Além disso, outros fatores contribuíram em grande parte, tais como, as alterações demográficas e culturais, que afetaram o papel social das mulheres, sobretudo decorrentes de influências dos movimentos feministas difundidos em diversos países. Esse conjunto de acontecimentos proporcionou mudanças no cenário econômico – com implicância no mercado de trabalho – do país e na estrutura das famílias brasileiras.

As trabalhadoras dos anos 70, de acordo com Bruschini (2007) eram jovens, solteiras e sem filhos. Atualmente grande inserção das mulheres trabalhadoras é composta por casadas e com filhos. Soares e Izaki (2002) indicam que a idade dos filhos é fator preponderante sobre a decisão de trabalho feminino. Os autores afirmam que a presença de filhos com idade inferior a dez anos reduz a probabilidade de trabalho feminino. A decisão da

mulher de ingressar no mercado de trabalho passa a estar condicionada pelo sexo da criança quando esta apresenta 12 anos ou mais, neste caso, a presença de filhas aumenta a probabilidade de a mulher buscar trabalho fora do lar, enquanto que filhos reduzem essa possibilidade.

Ao longo da década de 90 o perfil etário das trabalhadoras brasileiras apresentou alterações nítidas. A concentração das atividades laborais entre as mulheres de 20 a 24 anos passou a diminuir. Ao passo que houve um movimento contrário, em maior proporção, de aumento na taxa de atividade das mulheres entre 25 e 44 anos (WAJNMAN, RIOS-NETO, 2000).

Segundo os autores, este fato pode ser relacionado ao ciclo de vida feminino. Entre os homens o padrão de atividade é mais homogêneo e inelástico, a faixa etária de 20 a 49 anos corresponde a 95% do trabalho masculino. Já o ciclo de vida das mulheres sofreu transformações ao longo do tempo, portanto não pode mais ser considerado homogêneo e passa a depender de fatores socioeconômicos e culturais, além de ser um reflexo do grau de industrialização e organização do trabalho existente no país.

Apesar das mudanças ocorridas e da crescente parcela feminina no mercado de trabalho, alguns aspectos contraproducentes persistem. A discriminação contra a mulher no mercado de trabalho é um fator que continua apesar de todo avanço obtido pelas mulheres. A desigualdade de rendimento pode ser definida como outro aspecto discriminatório persistente, portanto, é uma variável importante a ser abordada.

Para Ramos, Rios-Neto e Wajnman (1997), a idade e a educação são variáveis clássicas nos estudos sobre os fatores determinantes da desigualdade de rendimentos individuais. Segundo os autores, a variável educação é elemento de escolha na decisão de investimento e alocação de tempo. Quanto à variável idade, relaciona-se aos retornos à experiência adquirida ao longo da trajetória individual no mercado de trabalho. Ambas interferem no quesito rendimento, porém o fator educação tem peso maior.

Soares e Oliveira (2004) e Leone e Baltar (2008), levantam a questão setorial como explicação para a diferença de rendimentos que é percebida pelas mulheres brasileiras. Segundo esses autores, tanto a escolaridade quanto a ocupação marcadamente no setor terciário da economia fazem com que as mulheres sejam menos remuneradas que os homens.

Visão oposta é defendida por Bruschini (1998), pois para a autora o diferencial salarial existente entre homens e mulheres, não é devido nem à escolaridade, nem à jornada de trabalho, nem ao tipo de vínculo que estas estabelecem com os empregadores e,

tampouco é reflexo dos setores nos quais estas estão inseridas. No entender da autora, a diferença de remuneração existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro é devida, em sua maior parte, à discriminação de natureza sexual.

No entanto, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as mulheres persistem em buscar uma participação mais igualitária no mercado de trabalho, de forma que possam exercer plenamente seu papel de agente nesse mercado. Diante do exposto, nas próximas seções tem-se a apresentação dos procedimentos metodológicos e a análise dos microdados da PNAD de 2009, para o mercado de trabalho da Região Sul do Brasil e Estado de Santa Catarina.

3. METODOLOGIA

3.1 Base de dados

O estudo do perfil ocupacional por gênero e setores econômicos, no mercado de trabalho na Região Sul do Brasil e de Santa Catarina, tem como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009. A PNAD tem periodicidade anual e interrompida apenas em detrimento do Censo Demográfico. Consiste em um levantamento anual realizado por meio de uma amostra dos domicílios que abrange todo o país.

O procedimento metodológico adotado pelo IBGE determina que cada pessoa da amostra utilizada, represente um determinado número de pessoas da população. Assim, os dados individuais são fornecidos com o peso ou fator de expansão de cada indivíduo. Isso faz com que os cálculos sejam elaborados ponderando-se cada observação pelo respectivo peso.

3.2 Procedimento de Pesquisa

Para traçar o perfil ocupacional por gênero na Região Sul do Brasil e de Santa Catarina, realizou-se uma análise descritiva através da caracterização da amostra em termos de ocupações, identificação pessoal e rendimento do trabalho.

A amostra consiste em indivíduos que se declararam ocupados no setor urbano e eram economicamente ativos no ano de 2009, foram excluídos da amostra os indivíduos com idade inferior a 16 anos ou superior a 65 anos e os indígenas, devido a pouca representatividade populacional.

São classificados como ocupados, segundo o IBGE, os indivíduos que no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc. Desse modo, define-se a ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa, os quais podem formar grupos ocupacionais de acordo com a similaridade da ocupação.

Quanto aos grupos ocupacionais, foram excluídos os trabalhadores agrícolas e os membros das forças armadas, de forma que este estudo aborda seis grupos de ocupações: Dirigentes, Profissionais das Ciências e das Artes, Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores dos Serviços, Técnicos de Nível Médio, Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio.

A classificação da força de trabalho segundo as posições na ocupação consiste em: empregador, autônomo e empregado, ao passo que foram excluídos trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e da construção para o próprio uso. A condição na ocupação considera, como trabalhador formal, os empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e, como trabalhador informal, os empregados e trabalhador doméstico sem carteira assinada, conta própria e empregador. Os grupamentos de atividades foram classificados de acordo com os setores econômicos, de forma que o estudo exclui o setor agrícola e descreve a participação por gênero, no setor da indústria, do comércio, construção, serviços, funcionalismo público e serviços domésticos.

A identificação pessoal consiste em características como raça, escolaridade e faixa etária. Quanto à raça, consideram-se indivíduos brancos e não brancos (que inclui amarelos, negros e pardos). As faixas de escolaridade definem os indivíduos como não qualificados, de 0 a 4 anos de estudo e de 5 a 9 anos de estudo, e como qualificados, de 9 a 11 anos de estudo e de 12 ou mais anos de estudo. O perfil etário divide-se em 5 faixas etárias de 16 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e por fim de 50 a 65.

A definição de rendimento do trabalho fornecida pelo IBGE é definida como a remuneração bruta mensal a que normalmente os empregados e trabalhadores domésticos teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência. No caso dos empregadores e trabalhadores autônomos, equivale à retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência.

Neste trabalho considera-se então a classe de rendimento mensal classificada pelo IBGE, isto é, até R\$ 510,00 equivale a um salário mínimo (1 S.M.); de R\$510,00 a R\$ 1.020,00 corresponde a entre 1 a 2 S.M.; de R\$1.020,00 a R\$2.250,00 corresponde a entre 2 a 5 S.M.; de R\$2.250,00 a R\$5.100,00 equivale a entre 5 a 10 S.M. e acima de R\$ 5.100,00 representa mais de 10 S.M.

4. CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO SEGUNDO O GÊNERO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM 2009.

4.1 Perfil ocupacional na Região Sul e restante do Brasil: identificação pessoal, ocupação e rendimento.

As variáveis selecionadas apresentadas a seguir objetivam determinar o perfil da força de trabalho, a fim de qualificar, em termos absolutos e percentuais, as principais diferenças entre a Região Sul e restante do Brasil são apresentadas na tabela 1 a partir de características pessoais, as ocupações e rendimento médio e setores de atividade.

Tabela 1 – Caracterização do total da amostra na Região Sul e Restante do Brasil – 2009

	Valores absolutos (1.000 pessoas)	Sul	Brasil
Raça/Cor			
Brancos	34.110.175	79,02	46,99
Não brancos	31.347.164	20,98	53,01
Faixa etária			
16 a 24 anos	12.154.259	18,97	18,47
25 a 29 anos	9.699.990	14,33	15,06
30 a 39 anos	17.536.178	25,48	27,1
40 a 49 anos	14.919.431	23,65	22,64
50 a 65 anos	11.147.481	17,57	16,73
Escolaridade			
00 a 04 anos	11.233.132	14,18	17,73
05 a 09 anos	17.171.270	28,42	25,82
09 a 11 anos	23.506.639	33,75	36,32
12 ou mais	13.546.298	23,65	20,13
Gênero			
Mulher	29.732.290	45,93	45,33
Homem	35.725.049	54,07	54,35
Indivíduos Ocupados			
Dirigentes	4.052.988	8,00	5,85
Profissionais de ciências e artes	6.242.363	9,94	9,46
Técnicos de nível médio	5.994.373	9,17	9,17
Serviços administrativos	7.774.067	11,87	11,83

Trab. dos serviços	22.724.890	29,52	35,70
Trab. da produção	18.695.658	31,50	28,00
Posição na Ocupação			
Empregado	49.851.392	76,66	76,06
Autônomo	12.438.746	16,73	19,44
Empregador	3.167.201	6,61	4,50
Condição na ocupação			
Formal	35.295.649	58,57	53,04
Informal	30.161.690	41,43	46,96
Setor de atividade			
Indústria	11.552.244	22,23	16,77
Construção	5.886.345	8,29	9,13
Comércio	14.090.359	21,95	21,45
Serviços	24.216.845	34,93	37,39
Serviços domésticos	6.123.087	7,98	9,61
Setor público	3.588.459	4,62	5,65
Rendimento			
Até 1 salário mínimo	1.444.149	23,85	36,67
De 1 a 2 salários mínimos	22.665.291	42,76	36,36
De 2 a 5 salários mínimos	24.470.292	24,17	19,24
De 5 a 10 salários mínimos	13.109.327	6,93	5,53
Mais de 10 salários mínimos	3.768.280	2,29	2,19

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2009.

As mulheres compõem 45% da amostra observada no Sul e também no restante do Brasil. É evidente ainda que a Região Sul apresenta maior concentração de pessoas da cor branca que no restante do país, com 79,02% e 46,99% respectivamente. Além disso, há maior presença de pessoas cujas faixas etárias são mais elevadas, as pessoas com idade superior a 40 anos representam 41,22% da amostra na Região Sul e 39,37% no restante do Brasil. No quesito escolaridade, comparativamente ao restante do Brasil, o percentual da população da Região Sul, entre 16 e 65 anos, que possui de 0 a 4 anos de estudo é menor. Ao passo que o inverso é constatado quando se trata de pessoas com ensino médio completo e ensino superior, isto é, na Região Sul 23,65% da população possui 12 anos ou mais de estudo, enquanto que no restante do Brasil esse percentual cai para 20,13%.

Quanto aos grupos ocupacionais, no ano de 2009, há maior concentração de dirigentes e de trabalhadores na produção na Região Sul. O grupo de dirigentes representa 8,00% no Sul, conta 5,85% no restante do Brasil, já os trabalhadores da produção consistem em 34,50% da amostra no Sul e 28,00% no país. O contrário é observado em relação aos trabalhadores da área de serviços, os quais representam 29,52% e 35,70% dos grupos ocupacionais na Região Sul e restante do Brasil, respectivamente. Os demais grupos não

apresentam grandes divergências ao se comparar ambas as regiões. No sul, observa-se ainda maior grau de formalidade, que corresponde a 58,57% dos trabalhadores, enquanto no restante do país esse percentual é de 53,04%; além disso a posição na ocupação de empregador é mais elevada na região sul, enquanto a de autônomos é menor no Sul do que no restante do país. Ao se considerar os setores de atividade, o destaque seria a maior participação industrial na Região Sul, pois apresenta maior participação relativa em comparação ao restante do Brasil, nos demais setores de atividade ocorre o contrário.

A distribuição do rendimento mensal do trabalho principal na Região Sul mostrada na tabela 1, nota-se que o percentual da amostra que recebe até um salário mínimo é menor que no restante do Brasil, 23,85% e 36,67%, respectivamente. Já nas demais faixas salariais, a Região Sul concentra uma proporção maior da população, ou seja, na amostra considerada, mais pessoas ganham mais na Região Sul quando comparado ao restante do país.

Essa análise preliminar das características pessoais e ocupacionais da amostra permite inferir situações positivas presentes na Região Sul, pois de modo geral, a amostra observada é constituída em maior parte por homens, possui maior escolaridade e compõe-se em grande medida por brancos, tem maior percentual de pessoas com 40 anos ou mais de idade, em relação ao restante do Brasil. Quanto à ocupação, apresenta maior formalização no mercado de trabalho, com proporção superior de empregadores, significativa participação dos grupos ocupacionais de produção e forte presença industrial em relação à análise setorial, além disso, há maior proporção de pessoas que obtém maiores rendimentos quando comparada ao restante do país.

4.2 Perfil ocupacional na Região Sul de acordo com gênero: identificação pessoal, ocupação e rendimento.

A seguir apresenta-se na tabela 2 uma caracterização da amostra observada apenas na Região Sul, com enfoque principal nos diferenciais de gênero, segundo as características pessoais, ocupacionais e setoriais, previamente descritas.

Tabela 2 - Características do total da amostra da Região Sul, de acordo com gênero - 2009

	Valores absolutos (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Gênero	10.474.526	54,13	45,87
Raça/Cor			
Branco	8.276.924	77,64	80,65

Não brancos	2.197.602	22,36	19,35
Faixa etária			
16 a 24 anos	1.987.569	19,31	18,58
25 a 29 anos	1.499.277	14,22	14,43
30 a 39 anos	2.670.541	24,86	26,25
40 a 49 anos	2.476.423	23,19	24,17
50 a 65 anos	1.840.716	18,42	16,57
Escolaridade			
00 a 04 anos	1.487.658	15,33	12,87
05 a 09 anos	2.980.250	31,81	24,50
09 a 11 anos	3.533.492	33,02	34,57
12 ou mais	2.473.126	19,84	28,06
Indivíduos Ocupados			
Dirigentes	836.723	9,38	6,35
Profissionais de ciências e artes	1.038.886	6,90	13,48
Técnicos de nível médio	961.043	10,05	8,13
Serviços administrativos	1.244.670	8,02	16,45
Trab. dos serviços	3.096.030	18,30	42,84
Trab. da produção	3.297.174	47,35	12,75
Posição na Ocupação			
Empregado	8.033.262	71,85	82,39
Autônomo	1.750.228	19,69	13,18
Empregador	691.036	8,46	4,43
Condição na ocupação			
Formal	6.138.197	58,15	59,13
Informal	4.336.329	41,85	40,87
Sector de atividade			
Indústria	2.232.193	25,25	18,68
Construção	866.019	14,83	0,58
Comércio	2.294.017	24,08	19,45
Serviços	3.650.016	30,71	39,89
Serviços domésticos	834.633	0,73	16,53
Setor público	482.38	4,40	4,87
Rendimento			
Até 1 salário mínimo	2.495.668	15,00	34,24
De 1 a 2 salários mínimos	4.483.788	43,07	42,49
De 2 a 5 salários mínimos	2.530.077	29,65	17,67
De 5 a 10 salários mínimos	726.169	8,93	4,58
Mais de 10 salários mínimos	238.824	3,35	1,02

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2009.

A Região Sul é composta por uma amostra de 10.474.526 milhões de pessoas, das quais 45,87% são mulheres. Dentre as mulheres, 80,65% são brancas enquanto entre os homens, representam 77,64% da amostra. Um destaque importante refere-se à

escolaridade feminina, em conformidade com todos os estudos de gênero, também na Região Sul as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Nessa amostra, o número de pessoas com escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo é menor entre as mulheres, representando 12,87% e 15,33% entre os homens. Além disso, o percentual de mulheres com ensino médio e/ou ensino superior é de 62,63%, já no caso dos homens, esse percentual é de 52,86%, de forma que há indicativo, de forma significativa, a presença também na Região Sul dos diferenciais de gênero relativos à educação, conforme comumente aponta a literatura correlata.

Quanto às características ocupacionais, a categoria de trabalho formal é maior entre mulheres no Sul do país, entre elas 59,13% possuem empregos formais, ou seja, possuem carteira de trabalho assinada e acesso aos benefícios sociais garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao passo que dentre os homens, 58,15% encontram-se nessa categoria, na Região Sul brasileira. Entre as mulheres, o grupo ocupacional predominante da participação das mulheres é o de serviços, que juntamente com os grupos ocupacionais da produção e dos profissionais das ciências e artes representam 72,77% da participação da amostra feminina no mercado de trabalho da Região Sul. Quanto aos homens, são mais representativos no grupo ocupacional dos trabalhadores da produção, em seguida, de trabalhadores dos serviços e de técnicos de nível médio, totalizando 75,70% da participação masculina. No que tange a posição na ocupação, o número de empregados é bem maior entre as mulheres (82,39% contra 71,85% de homens) e o oposto é verificado quando se trata de autônomos e empregadores, em que a proporção de empregadores do gênero masculino é quase duas vezes maior que a de mulheres.

Na amostra observada para a Região Sul, a única faixa salarial em que as mulheres se sobressaem refere-se aos indivíduos que ganham até um salário mínimo, ou seja, a parcela com os menores rendimentos, esse grupo corresponde a 34,24% das mulheres e 15,01% dos homens. Nas demais faixas salariais, há maior representatividade de homens, de forma que enquanto 76,73% das mulheres recebem até 2 salários mínimos, essa proporção é de 58,07% na amostra masculina. Semelhante fato ocorre entre as pessoas que obtêm maiores rendimentos, pois 8,93% dos homens na Região Sul recebem de 5 a 10 salários mínimos e apenas 4,58% das mulheres. Esse fato apenas comprova que apesar de mais escolarizadas, as mulheres continuam obtendo menores salários que os homens, como amplamente apontado pelos estudos sobre diferenciais de rendimento por gênero.

Quanto aos setores de atividade econômica e a distribuição de homens e mulheres nos mesmos, é notável a diferença gritante entre a participação das mulheres em serviços domésticos, em atividades tradicionalmente tidas como femininas, enquanto o oposto

é observado no setor de construção, de forma que é evidenciado também na Região Sul as características sexistas usualmente observadas no restante do país. Entre as mulheres, os setores de atividade em que predominam, são no setor de serviços, comércio e indústria, que juntos concentram 78,02% da força de trabalho feminina, já no caso dos homens, esses mesmos setores de atividades concentram 80,04% dos trabalhadores.

Desse modo, em resumo, na amostra da Região Sul as características específicas por gênero mostram o predomínio de população branca, principalmente entre as mulheres. Embora mais escolarizadas, continuam sendo maioria nos grupos relacionados às ocupações mais precarizadas, o que em parte, explica os menores rendimentos das mulheres quando se considera as peculiaridades culturais, sociais e econômicas de cada Região. Em conjunto com as especificidades da oferta de trabalho, da segmentação dos mercados e diferenciais internos das empresas configuram as diferenças estruturais dos rendimentos, característicos do mercado de trabalho brasileiro, também presente na Região Sul.

4.3 Perfil ocupacional de Santa Catarina de acordo com gênero: identificação pessoal, ocupação e rendimento.

É necessário, no entanto, uma abordagem mais focada, específica sobre características do Estado de Santa Catarina, de forma a apresentar as particularidades do mercado de trabalho e ocupacionais da população catarinense. No ano de 2009 apresentava uma população economicamente ativa, ocupada, com faixa etária entre 16 e 65 anos, composta por 2.408.988 milhões de pessoas, dentre os quais 55,17% são homens e 44,83% mulheres, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Características do total da amostra de Santa Catarina de acordo com gênero – 2009

	Valores absolutos (1.000 pessoas)	Homem	Mulher
Gênero	2.408.988	55,17	44,83
Raça/Cor			
Branco	2.077.044	84,86	87,89
Não branco	331.944	15,14	12,11
Faixa etária			
16 a 24 anos	507.475	21,97	19,96
25 a 29 anos	370.153	15,05	15,75
30 a 39 anos	600.004	24,08	25,93
40 a 49 anos	575.53	23,23	24,71
50 a 65 anos	355.826	15,68	13,65
Escolaridade			

00 a 04 anos	317.619	13,97	12,22
05 a 09 anos	610.758	27,94	22,17
09 a 11 anos	870.464	35,85	36,48
12 ou mais	610.147	22,24	29,13
Indivíduos Ocupados			
Dirigentes	239.407	11,59	7,92
Profissionais de ciências e artes	261.496	8,04	14,32
Técnicos de nível médio	239.407	10,87	8,79
Serviços administrativos	280.000	7,68	16,47
Trab. dos serviços	617.913	15,77	37,81
Trab. da produção	770.765	46,05	14,70
Posição na Ocupação			
Empregado	1.868.682	72,37	83,97
Autônomo	352.840	18,02	10,50
Empregador	187.466	9,61	5,53
Condição na ocupação			
Formal	1.526.593	61,95	65,12
Informal	882.395	38,05	34,88
Sector de atividade			
Indústria	617.925	28,57	22,26
Construção	182.693	12,95	1,05
Comércio	560.007	26,67	19,22
Serviços	789.861	27,12	39,98
Serviços domésticos	111.042	0,45	12,40
Setor público	139.699	4,24	5,09
Rendimento			
Até 1 salário mínimo	416.722	10,15	26,08
De 1 a 2 salários mínimos	1.031.669	40,57	45,61
De 2 a 5 salários mínimos	697.908	34,50	22,17
De 5 a 10 salários mínimos	201.198	10,92	5,20
Mais de 10 salários mínimos	61.491	3,86	0,94

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2009.

No Estado de Santa Catarina o percentual de pessoas brancas é maior que na Região Sul como um todo, principalmente entre as mulheres, cuja proporção é de 87,89% e de 84,86% entre os homens. O perfil etário não diverge muito do observado no total da Região Sul, enquanto às características da escolaridade aponta maior percentual de homens ensino médio e/ou ensino superior completo e menor proporção de mulheres, respectivamente representados por 58,09% e 55,61%.

A distribuição dos trabalhadores entre os grupos ocupacionais em Santa Catarina possui maior proporção de dirigentes e profissionais das ciências e artes, em relação ao restante da Região Sul, enquanto nos demais grupos ocupacionais sucede o contrário. Em

conjunto, os grupos ocupacionais de serviços, de produção e de técnicos de nível médio, correspondem a 72,69% dos homens amostrados do Estado de Santa Catarina em 2009. O grupo ocupacional de dirigentes é mais representativo em Santa Catarina, tanto entre os homens quanto mulheres, representados respectivamente por 11,59% e 7,92% da população amostrada. Entre as mulheres, o grupo ocupacional de serviços tem menor participação relativa em Santa Catarina, comparada à Região Sul como um todo, enquanto a proporção de mulheres nos grupos ocupacionais relativos à produção é maior.

Na análise setorial, entre os homens há maior participação no setor industrial e no setor de comércio, comparativamente ao restante da Região Sul e ao incluir o setor de serviços, correspondem a 82,36% da força de trabalho dos homens amostrados em Santa Catarina. Como nos demais estados da Região Sul, a presença de homens no setor de serviços domésticos é irrisória.

Quanto às mulheres catarinenses, na amostra considerada, evidencia-se maior participação no setor industrial, de construção e no setor público, enquanto a proporção de mulheres é menor no setor de serviços domésticos, quando comparadas às participações relativas nos demais estados da Região Sul. Esse é um fato positivo no Estado, pois o setor de serviços domésticos é característico do mercado de trabalho informal e/ou precarizado. Porém, de forma geral o trabalho feminino, por setores de atividade econômica, não diverge muito do observado na Região Sul, os setores industrial, de comércio e serviços respondem por 81,45% da força de trabalho feminina no Estado de Santa Catarina, no ano de 2009.

No que tange a distribuição de rendimentos do Estado, de acordo com gênero, evidencia-se situação análoga ao restante da Região Sul, um percentual maior de homens recebem faixas salariais superiores às mulheres. Entre as mulheres, 26,08% recebem até um salário mínimo ao passo que no caso dos homens, esse percentual é de 10,20%. No entanto, é oportuno ressaltar algumas divergências quanto às características da distribuição dos rendimentos no Estado de Santa Catarina, comparativamente ao restante da Região Sul. Em primeiro lugar, a proporção de pessoas, de ambos os gêneros, cujos rendimentos do trabalho equivalem às faixas inferiores de salários, é significativamente menor em Santa Catarina, já que na Região Sul a proporção de homens e mulheres que possuem faixa salarial de até 1 salário mínimo são respectivamente, de 15 % e 34,24%.

Em segundo lugar, e para corroborar a maior proporção de melhores ganhos salariais no Estado de Santa Catarina, tem-se os percentuais das pessoas com rendimento equivalentes às faixas salariais mais elevadas. Os homens catarinenses que recebem entre 5 a 10 salários mínimos representam 10,92% enquanto na Região Sul essa proporção é de 8,93%.

No caso das mulheres, tem-se respectivamente 5,20% em Santa Catarina e 4,58% no restante do Sul. Porém, o mesmo não ocorre entre as mulheres cujo rendimento é superior a 10 salários mínimos, pois a proporção destas é maior na Região Sul, representadas por 1,02% e apenas 0,94% da amostra feminina observada em Santa Catarina. É necessário, porém, um estudo mais apurado para que se possa correlacionar todas as variáveis apresentadas, bem como a interação das mesmas ao longo do tempo.

De forma geral, infere-se que o perfil ocupacional do Estado de Santa Catarina apresenta aspectos positivos quando comparado à Região Sul, e mais significativos ainda em relação ao restante do Brasil. Quanto às características ocupacionais, Santa Catarina possui maior proporção de dirigentes e profissionais das ciências e artes, o que é um fato relevante, pois esses grupos ocupacionais são caracterizados por maior escolaridade, rendimentos e geralmente, estão inseridos formalmente no mercado de trabalho. Na análise setorial, entre os homens há maior participação no setor industrial e no setor de comércio, enquanto as mulheres catarinenses há maior participação no setor industrial, de construção e no setor público e a proporção de mulheres é menor no setor de serviços domésticos, quando comparadas às participações relativas nos demais estados da Região Sul. Sobre os rendimentos, há menor proporção de pessoas, de ambos os gêneros, cujos rendimentos do trabalho equivalem às faixas inferiores de salários, ou seja, é um aspecto positivo, pois no Estado, mais pessoas obtêm maiores rendimentos e uma proporção menor de homens e mulheres recebem faixas inferiores de salários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preliminar das características pessoais e ocupacionais da amostra indica situações positivas presentes na Região Sul. Em resumo, a amostra observada é constituída em maior parte por homens, possui maior escolaridade e compõe-se em grande medida por brancos, tem maior percentual de pessoas com 40 anos ou mais de idade, em relação ao restante do Brasil. Quanto à ocupação, apresenta maior formalização no mercado de trabalho, forte presença industrial e do setor em relação à análise setorial, além disso, há maior proporção de pessoas que obtêm maiores rendimentos quando comparada ao restante do país.

Quanto às características específicas por gênero na amostra da Região Sul, há predomínio de população branca, principalmente entre as mulheres. Embora mais escolarizadas, continuam sendo maioria nos grupos relacionados às ocupações mais precarizadas, o que em parte, explica os menores rendimentos das mulheres quando se

considera as peculiaridades culturais, sociais e econômicas de cada Região. Em conjunto com as especificidades da oferta de trabalho, da segmentação dos mercados e diferenciais internos das empresas configuram as diferenças estruturais dos rendimentos, característicos do mercado de trabalho brasileiro, também presente na Região Sul.

Já sobre o perfil ocupacional do Estado de Santa Catarina, apresenta aspectos positivos quando comparado à Região Sul, e mais significativos ainda em relação ao restante do Brasil. O Estado possui maior proporção de dirigentes e profissionais das ciências e artes, o que é um fato positivo, já que são grupos caracterizados por ser mais escolarizados, obterem maiores rendimentos e geralmente, estão inseridos no mercado de trabalho formal. Quanto à análise setorial, observa-se entre os homens maior participação no setor industrial e no setor de comércio, enquanto as mulheres catarinenses há maior participação no setor industrial, de construção e no setor público; a participação das mulheres é menor no setor de serviços domésticos, quando comparadas às participações relativas nos demais estados da Região Sul. Sobre os rendimentos, há menor proporção de pessoas, de ambos os gêneros, cujos rendimentos do trabalho equivalem às faixas inferiores de salários, ou seja, é um aspecto positivo já que há proporcionalmente mais pessoas que recebem rendimentos mais elevados e ainda, menos indivíduos cujas faixas salariais são mais reduzidas.

REFERÊNCIAS

ARROIO, A.; RÉGNIER, E. P. **Mercado de trabalho**: oportunidades e desafios para o presente. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272gjd.htm>>. Acesso em novembro 2010.

BRUSCHINI, C. **Trabalho feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação?. Chicago, Illinois: Latin American Studies Association. Set.1998.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência na discriminação? In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000, cap. 1, p. 13-58.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CACCIAMALI, M. C. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Revista de administração de empresas**, v.18, n.1, jan./mar. 1978. Disponível em: <http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=2954>.

CARDOSO Jr, J. C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: **IPEA**, 2007. (texto para discussão 1310).

DINIZ, C.C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Rio de Janeiro: **IPEA**, 1995. (Texto para Discussão, 375).

ERBER, F. S.; **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: Desenvolvimento Econômico, o Recorte Setorial**. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Livro/200212_19.html> Acesso: Outubro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: janeiro de 2011.

KON, A. Brazilian labor market regional patterns: an approach to gender divergences. **Planejamento e políticas públicas**. n. 33, jul./dez. 2009.

LEONE, E.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP: Caxambu, 2008.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e planejamento econômico**, v.10, n.1, abr. 1980.

RAMOS, L.; RIOS-NETO, E.; WAJNMAN, S. Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil. **Nova Economia**, v.7, n.1, maio, 1997.

SEDLACEK, G. L., SANTOS, E. C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia para geração de renda familiar. Brasília: **IPEA**, fev., 1990. (Texto para Discussão, 209)

SOARES, S.; IZAKI. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, dez., 2002. (Texto para Discussão, 923).

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP: Caxambu, 2004.

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (Org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000.